



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

Termo de Privacidade – Due Diligence

Em atenção ao seu direito à privacidade e proteção dos seus dados pessoais e, atendendo aos fundamentos e princípios previstos na Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no exercício de sua responsabilidade como controlador de dados pessoais, apresenta o termo de privacidade para o preenchimento do formulário Due Diligence envolvido nas contratações de maior vulto, conforme Artigo 5º I e II, da Portaria nº 2166/2021.

Neste termo constam as informações de como seus dados pessoais são tratados pelo tribunal de justiça de MS.

No menu transparência do nosso portal da LGPD (www.tjms.jus.br/lgpd), você encontra detalhes deste e demais processos de trabalhos onde o Tribunal de Justiça de MS trata dados pessoais.

1. Legislação Aplicável:

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados

[Portaria TJMS n. 2166/2021](#)

2. Finalidade

A finalidade do tratamento é identificar os possíveis riscos de suborno relacionados na contratação e implementar controles afim de mitigá-los.

3. Dados coletados

Nome, CPF, Nacionalidade, %Participação, Cargo, Período na empresa.

4. Da Base Legal para atividade de Tratamento

As atividades de tratamento descritas neste termo de uso encontram amparado no art. 7º, inciso II da Lei Geral de Proteção de Dados:

“Art.7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;”

5. Do tratamento dos seus dados pessoais

Os seus dados pessoais são coletados através de formulário recebido por e-mail dos prepostos do contrato e serão armazenados no processo de fiscalização no sistema de controle de documento do PJMS, software que está hospedado no Datacenter do TJMS. O acesso a este processo é restrito aos fiscais e gestores do contrato. No caso onde seja constatado algum risco, estas informações serão encaminhadas ao Comitê de Compliance, para tomar as providências afim de diminuir os riscos associados a contratação. As medidas de segurança da informação adotados pelo Poder Judiciário de MS podem ser vistas nas nossas políticas de segurança da informação e política de privacidade.

6. Direitos dos titulares dos dados pessoais



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça

O titular dos dados pessoais poderá exercer seu direito previsto no Artigo 18 da LGPD através do e-mail encarregado@tjms.jus.br ou portal [e-SIC](#).

7. Alterações deste termo de privacidade

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul poderá alterar este Termo de Uso em qualquer tempo, toda e qualquer alteração será publicada e poderá ser consultada no portal www.tjms.jus.br/lgpd.